



# INCERTEZAS DE UM PÓS-DILMA

| POR MARCO ANTONIO CARVALHO TEIXEIRA

**O** Brasil vive uma incerteza política que vem sendo perversa para a sua economia: a insegurança acerca das condições necessárias à implementação de ajustes para a retomada do crescimento econômico.

Antes dos eventos envolvendo a Câmara dos Deputados e o Senado no processo decisório do *impeachment*, a oposição tinha agido em duas frentes para tentar afastar Dilma. Na primeira, em outubro de 2014, o Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB) colocou em dúvida a legitimidade das

eleições ao solicitar recontagem de votos junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A segunda se deu por meio da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME) por abuso de poder econômico, protocolada pelos tucanos em janeiro de 2015 e ainda sem tramitação no TSE.

Caso haja a condenação e a destituição da Presidente, estas irão recair sobre a chapa Dilma-Temer, podendo resultar também na cassação do mandato de Michel Temer. Diante do atual cenário de instabilidade, é difícil saber o que esperar.

## OS PRINCIPAIS PARTIDOS MOSTRAM-SE DESCONECTADOS DOS PROBLEMAS DO BRASIL AO PRIORIZAREM SEUS PROJETOS DE CONQUISTA OU MANUTENÇÃO DO PODER.

### A CONTROVÉRSIA SOBRE O *IMPEACHMENT*

O *impeachment* é um instrumento previsto no Art. 85 da Constituição Federal de 1988. Ocorre quando o Presidente da República é denunciado por crime de responsabilidade contra a Constituição e/ou gestão das contas públicas. A dúvida sobre seu uso contra Dilma tem menos relação com sua validade democrática e mais com as motivações do pedido. A pergunta é: existe compatibilidade entre os fatos que sustentam a solicitação e o que a legislação exige para a abertura do processo? A resposta não é trivial.

O texto que ampara o pedido de *impeachment* acusa a Presidente de crimes de responsabilidade contra a Constituição e contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. Cita improbidade administrativa, desrespeito à lei orçamentária, falta de cuidado na guarda legal do dinheiro público, entre outros supostos delitos. Os fatos correspondentes a tais acusações seriam: negligência com os problemas de fraudes em contratos da Petrobras, autorização de operações de crédito em desacordo com a lei, abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos, tomada de empréstimo sem autorização legal, etc.

O grupo contrário ao *impeachment* considera o pedido juridicamente frágil em relação ao que caracterizaria as ações da Presidente como crimes de responsabilidade. Para tanto, argumentam a não comprovação da intenção de Dilma atentar contra a Constituição. Ressaltam que o Tribunal de Contas da União (TCU) não julgou, e sim emitiu uma posição a respeito das contas da Presidente da República, de modo que caberia ao Congresso acatar ou rejeitar a posição do órgão, o que viria a desconfigurar, por ora, a caracterização de crime nessa questão.

### BALANÇO

No embate entre governo e oposição evidencia-se não apenas uma divergência acerca da legitimidade do pedido de afastamento da Presidente, mas também um impasse que trava a governabilidade e agrava a crise econômica.

Para sobreviver, o governo apostou na barganha como recurso político e nomeou ministros com trajetórias distantes das pastas, abrindo mão de reformas. A oposição partiu para o confronto: votou a favor de medidas que foram

rejeitadas quando esteve no governo (como o fim do fator previdenciário) e poupou Eduardo Cunha, mesmo quando seu nome já circulava como suspeito de envolvimento no escândalo da Petrobras.

A pressão pelo *impeachment* não tem a ver apenas com a existência de motivos jurídicos ou com a estratégia da oposição, mas também com outra variável importante: o baixo prestígio da Presidente. Ao fim de seu primeiro mandato, em dezembro de 2014, a pesquisa Datafolha revelou que 42% das pessoas avaliaram o governo Dilma como ótimo/bom e 24% como ruim/péssimo. Um ano depois, já no segundo mandato, o mesmo instituto trouxe números inversos: 10% consideraram ótimo/bom e 67% ruim/péssimo. A queda abrupta de prestígio foi acompanhada pela deterioração dos dados econômicos. O desemprego em regiões metropolitanas, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), saltou de 4,3% em dezembro de 2014 para 7,5% em novembro de 2015, sendo que o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) foi de 0,78% para 1,01% no mesmo período. Ainda de acordo com o Datafolha, o apoio da população ao *impeachment* se manteve estável, porém em números elevados: 63% em abril de 2015 e 65% em dezembro.

A baixa credibilidade do governo, somada à sua incapacidade de coordenar apoio político num ambiente de escândalos de corrupção, fez prosperar a tese de afastamento da Presidente. A controvérsia se concentra nos procedimentos legais. As dúvidas, sobretudo em relação aos motivos que amparam o pedido, abriram espaço ao discurso de que o *impeachment* é um golpe. Todavia, não dá para negar que o processo é muito mais político do que jurídico. O debate entre os parlamentares foca-se na luta pelo poder e promove desdobramentos perversos, deixando, muitas vezes, o abismo como perspectiva. Os principais partidos mostram-se desconectados dos problemas do Brasil ao priorizarem seus projetos de conquista ou manutenção do poder. A esperança se desloca para a sociedade civil organizada. Boas mudanças ocorridas recentemente no país, como a aprovação e regulamentação da Lei Anticorrupção, só foram possíveis após enorme pressão social sobre as estruturas políticas. Esse é o caminho. ●

MARCO ANTONIO CARVALHO TEIXEIRA > Professor da FGV/EAESP >  
[marco.teixeira@fgv.br](mailto:marco.teixeira@fgv.br)